

FEMINISMOS: DO MOVIMENTO SOCIAL À PRODUÇÃO TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Juliana Munduruca Botelho¹

RESUMO

Este capítulo busca contextualizar, de maneira sucinta, o feminismo como movimento social no Brasil e no mundo, bem como problematizar a teoria da disciplina de Relações Internacionais que, assim como o movimento, possui linhas (ou vertentes) com agendas difusas que vêm sendo construídas ao longo dos anos por estudiosas e ativistas de todo o mundo.

Palavras chaves: Relações Internacionais; Teoria Feminista das Relações Internacionais; Ondas Feministas.

1 AS ONDAS DO FEMINISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, constituídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situação de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum (GOHN, 2000, p. 13).

De maneira geral, podemos definir o termo feminismo como um movimento social constituído a partir da junção de diferentes movimentos – ou feminismos, como os chamamos. O feminismo defende o fim da hierarquização de gêneros. A partir de evidências históricas, é sabido que o gênero masculino sempre ocupou lugar de domínio sobre o gênero feminino nas esferas sociais, políticas, culturais, econômicas e religiosas. O movimento já dura mais de um século e, tendo estado sempre em desenvolvimento, cresce cada dia mais.

No Brasil é possível identificar três fases (ou ondas) do feminismo. Matos (2010) aponta que a primeira se identifica pelo movimento sufragista e pela busca por direitos políticos, como o direito ao voto, conquistado em 1934 durante o Governo Vargas. A segunda onda emergiu durante o período do regime militar e lutava por direitos à liberdade, sobretudo sexual, e mudanças nas relações de poder. Presente também em outros países da América Latina, essa fase é marcada pela presença de pautas feministas trazidas para o âmbito público, de leis e costumes. A terceira onda é

¹ Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).

identificada a partir de movimentos dotados de diferenças intragênero, ou seja, entre as próprias mulheres.

Diferentemente das duas fases anteriores, que contavam com mulheres em sua maioria de classe média e alta, a terceira fase do feminismo no Brasil tem caráter difuso que, por sua vez, traz novas formas de organização e propostas, como reformas em instituições públicas e do Estado, além da participação em novas formas de articulações dos movimentos de mulheres (negras, lésbicas, indígenas, etc.). Como se pode perceber, atualmente há também a “especialização e profissionalização” do movimento. Essa terceira fase é marcada pela relação de aproximação entre o movimento e o Estado (MATOS, 2010, p. 68).

[...] Os estudos protagonizados pela luta feminista das mulheres, desta vez no âmbito acadêmico, têm contribuído de modo substantivo para alterar a paisagem das teorias no campo social, cultural e político, seja no Brasil ou no exterior (MATOS, 2010, p. 67).

O feminismo no Brasil certamente seguiu os passos protagonizados no cenário global, pois sua primeira onda no mundo também se deu a partir das lutas contra as injustiças sociais e pela busca de direitos pela democracia. No texto “Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global?”² Marlise Matos (2010) escreve, dentre as demais ondas, sobre a segunda a partir da visão de Nancy Fraser, filósofa política estadunidense ligada à teoria crítica.

A segunda onda³ feminista para Fraser (*apud* MATOS, 2010) é dividida em três fases e a partir da visão do Norte Global: na primeira se observa a relação entre o feminismo e o capitalismo estatal e nela o movimento contra o economicismo⁴, através de lutas contra injustiças de gênero e da mudança da visão de justiça que englobou não apenas dimensões econômicas, mas também culturais e políticas; na segunda, com reivindicações por justiça elaboradas a partir do reconhecimento da identidade e da diferença, o capitalismo abraça o discurso de igualdade de gênero ao mesmo tempo em que defende a valorização do trabalho assalariado e o avanço da globalização que ajudou na existência de novas formas de ativismo feminista, como o transnacional, na terceira há característica pós-neoliberal, também com visão de tridimensionalidade da

² A teoria feminista abordada no artigo de Matos (2010) não se trata da Teoria Feminista das Relações Internacionais.

³ A Segunda Onda Feminista ficou famosamente conhecida por uma série de atividades feministas que emergiu nos anos 60 nos Estados Unidos e que depois se espalharam para outros diversos países do Ocidente, durando até o final dos anos 70.

⁴ Termo usado para fazer críticas ao reducionismo econômico.

justiça (econômica, cultural e política) que trabalhe melhor as dimensões de reconhecimento, redistribuição e representação, de inclusão de idéias que valorizam atividades não-assalariadas como o trabalho doméstico, além da busca por um sistema de democracia participativa, novas formas de organização do poder político, fortalecimento do poder público e da militância por uma nova ordem política. (FRASER, 2009; CYPRIANO, 2010, *apud* MATOS, 2010).

Com a segunda onda ainda sem abordar as questões de identidade de gênero, os primeiros debates feministas discutiram muito sobre o papel e a presença da mulher em locais que lhe era negada a participação. Foi a partir desses primeiros debates que se estabeleceram as duas vertentes mais famosas do feminismo: liberal e marxista. As feministas liberais buscavam fazer com que os direitos dos homens também fossem aplicados às mulheres, principalmente pela participação e ocupação feminina em espaços públicos e de cargos profissionais até então tidos como masculinos.

O feminismo liberal “não conseguiu vencer a crença de que homens e mulheres são intrinsecamente diferentes. Ele foi mais bem sucedido em provar que mesmo as mulheres sendo diferentes dos homens, elas não são inferiores” (LORBER, 1997, p. 10, tradução nossa). Para as marxistas a mulher estava à deriva do Estado, cujo sistema capitalista as usava para que exercessem papéis de trabalhadoras/donas de casa, nos quais se encontravam em situação de exploração, não apenas por exercerem duas funções, mas também por ainda receberem os menores salários ou serem exclusivamente donas de casa dependentes de seus maridos.

Como mencionado anteriormente, a segunda onda do feminismo eclodiu a partir dos ideais de mulheres do Norte global, porém foi a que mais fortemente se espalhou pelo mundo. Assim como Matos (2010), outras autoras se dedicam à produção acadêmica de materiais que tratam do feminismo sob a visão do Sul global, abordando questões ainda mais diversas. É a partir das visões dessas mulheres que a terceira onda do feminismo ganha ainda mais força, trazendo junto às questões de gênero, as de classe e raça. Ao se relacionar com outros movimentos sociais, os feminismos dessa onda desafiam a agenda de feministas das ondas passadas.

Foi também durante esse período que redes e organizações internacionais com foco na saúde da mulher, direitos reprodutivos, paz, direitos humanos, pobreza, prostituição e violência contra a mulher emergiram (TRIPP, 2006). Como é de se esperar, os feminismos se distinguem devido às suas diferentes agendas e perspectivas. Em uma de suas produções, Judith Lorber (1997) escreve sobre as variações do

feminismo como movimento social e suas contribuições para a busca por igualdade e/ou equidade de gênero dividindo-o em três grupos majoritários chamados de: *gender reform feminisms*, que agrupa os feminismos liberal, marxista, socialista e o desenvolvimentista; *gender resistant feminisms*, com os feminismos radical, lésbico e psicanalítico e por último *gender revolution feminisms*, com os mais recentes feminismos chamados de multiétnico, o dos homens, o socialmente construído e o pós moderno, que abraça também a teoria *queer*⁵.

A partir da especialização e profissionalização, o feminismo acadêmico traz contribuições para disciplinas já existentes até chegar ao estabelecimento de suas próprias discussões e teorizações. O feminismo presente nas Relações Internacionais é exemplo disso.

1.1 Introdução à Teoria Feminista das Relações Internacionais

Ao falar do processo de inclusão do feminismo como teoria de Relações Internacionais, Christine Sylvester (1999) aponta quatro diferentes comportamentos de autores e estudiosos de temas clássicos na área. Esses comportamentos, ou respostas, em relação ao feminismo na disciplina de Relações Internacionais foram dadas das seguintes formas: primeiro, o grupo de autores que não acreditam na questão feminista e/ou de gênero como algo relevante nas Relações Internacionais; o segundo grupo inclui autores como Robert Keohane e Thomas Biersteker, que reconhecem a relevância do feminismo, mas não como teoria (eles acreditam que o feminismo junto à questão de gênero pode contribuir para o estudo de teorias já existentes, sobretudo as que tratam sobre segurança).

A terceira resposta vem de um grupo que é composto por aqueles que acreditam não ser possível negar a relevância do tema nos dias de hoje, mas que ainda assim não o usam em suas análises, dando espaço ao feminismo em suas notas de rodapé de página, como afirma Sylvester (1999).

O quarto grupo de autores não só reconhece a importância do feminismo nas Relações Internacionais, como usam as contribuições feministas em seus trabalhos. De certo modo, a Teoria Feminista que trabalha com esta vertente ainda hoje é marginalizada, pois “as contemporâneas perspectivas feministas em Relações

⁵ A partir dos anos 1990, com os estudos gays e lésbicos, é desenvolvida a chamada “teoria *queer*”, desafiando as relações entre os sexos, sejam eles de ordem heterossexual ou homossexual e, desenvolvendo uma nova perspectiva sobre as questões de gênero. (MACEDO; AMARAL, 2005, p. 88)

Internacionais são baseada em ontologias e epistemologias que diferem daquelas que contribuem para a disciplina convencional” (TICKNER, 1997, p. 629, tradução nossa).

Em 1989 Robert O. Keohane escreveu *International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint*, um artigo no qual criticava e questionava o lugar do feminismo nas Relações Internacionais como uma teoria. Ele não nega, porém, a relevância do feminismo na sociedade:

To make a major impact on thinking about international relations, however, it will not be sufficient explicitly to point out that women have been marginalized in the state, and interstate politics. This reality is well known, even if conventional international relations theory has tended to ignore it. Feminist empiricism will be most significant, it seems to me, if it is used in conjunction with feminist standpoint reconceptualisations to re-examine central concepts of international relations theory by asking about their values for empirical research (KEOHANE, 1989, p. 249)

Ao final do artigo, Keohane faz referência aos estudos das ciências sociais ao falar das “ferramentas epistemológicas em uma disciplina para averiguar a natureza da realidade, e assim, testar a adequação de teorias” deixando clara a sua aversão à epistemologia da teoria feminista.

The very difficulty of achieving social scientific knowledge is an argument of cherishing rather than discarding social science and the aspiration for a more or less unified epistemology. I fear that many feminist theorists of international relations may follow the currently fashionable path of fragmenting epistemology, denying the possibility of social science. But I think this would be an intellectual and moral disaster (KEOHANE, 1989 p. 250).

O autor conclui o artigo propondo uma aliança entre o neoliberalismo, ou institucionalismo neoliberal, e “uma emergente teoria feminista de relações internacionais”. Esse artigo foi escrito em 1989 quando a teoria ainda emergia e muito se avançou e tem avançado no estudo da teoria feminista. Dessa forma, sem grande abalo pelas críticas de autores de teorias clássicas, as autoras feministas continuaram trabalhando no desenvolvimento da teoria. Christine Sylvester insiste:

They [those who do International Relations] must get over the sense that international relations is exclusively about states, war, trade and official decision-makers, and consider politics unfolding in everyday places and around activities that can have more than everyday consequences (SYLVESTER, 1999, p. 267).

Dentro da Teoria Feminista das Relações Internacionais, assim como nos movimentos feministas, existe a presença de diferentes vertentes (ou correntes). Há grupos de feministas liberais, socialistas, marxistas, radicais, críticas, pós-modernas,

dentre outros. As autoras feministas que pertencem a esses grupos de diferentes vertentes buscam dar notoriedade para as mulheres enquanto atores internacionais através de uma agenda teórica e metateórica que aborda questões de gênero junto a temas que vão desde os clássicos no estudo das Relações Internacionais aos pós-modernos. Os temas que podem ser considerados como clássicos são aqueles que envolvem elementos que pertencem à *High Politics*: guerra, segurança e paz. Direitos humanos, economia e outros temas das linhas: pós-colonialista, pós-moderna e construtivista que abordam, dentre outras questões, questões de identidade e práticas discursivas, têm feito parte dos estudos feministas das Relações Internacionais.

Nos primeiros anos de produção acadêmica, as autoras feministas das Relações Internacionais como Cynthia Enloe, trataram de temas ligados às guerras. Abordou-se muito sobre a situação de mulheres e de como eram afetadas, além dos papéis que elas assumiam diante desse cenário. Exemplos disso é possível identificar com a presença de mulheres em áreas de trabalho, como na indústria bélica, que normalmente em tempos de paz são ocupadas por homens (HALLIDAY, 2007, p. 168), ou na Guerra do Golfo Pérsico (1991 – 1992), em que mulheres estadunidenses foram aos campos de guerra para lutar como soldados (ENLOE, 1993) e mais tarde a Guerra da Bósnia (1992 – 1995) onde mulheres e meninas muçulmanas foram vítimas de uma série de estupros em massa tendo sido, em sua maioria, planejada estrategicamente e da maneira mais desumana possível em campos de estupro, em que foi vista uma guerra de limpeza étnica marcada pela matança de homens e pelos abusos psíquicos e físicos, apropriação e utilização de mulheres como armas de guerra da forma mais banal e cruel desde então (CBNA, 2011).

Nos campos de estupro, geralmente escolas, armazéns, ginásios, hotéis, as mulheres – principalmente as bosniaquinhas (muçulmanas bósnias) eram obrigadas a ter relações sexuais com mais de um soldado e varias vezes. Em termos numéricos, calcula-se que cerca de vinte mil mulheres muçulmanas e croatas foram estupradas durante a guerra (PEREZ, 2011).

vítimas de estupros, não apenas como “arma para a limpeza étnica em algumas guerras de caráter étnico da década de 1990” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 223), mas também como forma de revanchismo.

[...] Uma vez que as mulheres se tornaram alvo de limpeza étnica não por serem de um grupo étnico ou tribal diferente, mas sim por serem o que são, isto é, mulheres, a disciplina teve de descer – quase literalmente- de seu pedestal e precisou lidar com questões de gênero (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 223).

A Teoria Feminista começa a ter a validação do seu avanço teórico intelectual reconhecida e, portanto, a ser incluída em livros e manuais a partir da introdução de novos temas – sociais e culturais – ao estudo das Relações Internacionais no final do século XX. A reavaliação metodológica e ontológica da disciplina como campo de pesquisa, que ocorreu a partir da década de 1990, representou um importante fator na área. Não apenas houve a incorporação de novos temas ao componente, como também perspectivas metodológicas diferentes e diversas daquelas tradicionalmente adotadas pelas ciências sociais.

Quase sempre de natureza interdisciplinar, não poderia ser diferente no caso da abordagem feminista, que faz uso do método hermenêutico, bem como daqueles de cunho humanístico. O feminismo encontrou, então, espaço propício para questionamentos das próprias estruturas sociais, domésticas e internacionais, no qual o movimento denunciou – e denuncia- hierarquias sociais apoiadas sobre a divisão de gênero humano entre homens e mulheres (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 79).

1.2 Uma Metodologia Coletivista e de Inclusão

What qualifies as „theory“? Who is the author of „theory“? Is it singular? Is it defined in opposition to something which is a theoretical, pretheoretical, or post-theoretical? What are the implications of using “theory” for feminist analysis, considering that some of what appears under the sign of “theory” has marked masculinist and Eurocentric roots? Is „theory” distinct from politics? Is „theory” an insidious form of politics? (SYLVESTER, 1999, p. 256).

Enquanto teoria, o feminismo das Relações Internacionais é geralmente questionado sobre suas metodologias, pois embora elas existam pouco se é discutido nos materiais já publicados sobre o tema. Nos capítulos do livro *Feminist Methodologies for International Relations* (2006), as autoras Brooke Ackerly, Maria Stern e Jacqui True discutem juntamente com outras, que contribuem em capítulos distintos, sobre o processo metodológico do feminismo enquanto teoria das Relações

Internacionais e sua importância no campo dos estudos da disciplina. Para melhor entendermos o conteúdo da obra, as autoras definem o significado de alguns termos para a teoria. Por exemplo, o termo “epistemologia” é usado para fazer referência a um entendimento do conhecimento – *como nós podemos saber* – e, por conseguinte, o que constitui uma pergunta de pesquisa. A “ontologia” é usada para denotar um entendimento do mundo, o que constitui as unidades relevantes de análise (exemplo: indivíduos, gêneros, Estados, classes, etnias). “Método” é o que indica o tipo de ferramenta de pesquisa ou análise que o pesquisador adota, por exemplo, análise de discurso, observação, coleta de dados qualitativos, etc. Para as autoras, a metodologia ou método teórico, refere-se ao processo intelectual que guia reflexões sobre a relação entre esses elementos, conduzindo a reflexões autoconscientes sobre pressupostos epistemológicos, perspectivas ontológicas, responsabilidades éticas e escolha de métodos (ACKERLY; STERN; TRUE, 2006, p. 6).

O que autoras feministas têm a dizer sobre as relações de poder entre e sobre os atores internacionais? Que elementos de estudo elas trazem? Como a questão de gênero interfere no meio internacional? O que legitima o feminismo enquanto teoria de Relações Internacionais?

They engage with the traditional ontology of IR focused on states, conflict, military and international institutions. They use insights from researching marginalized sites and subjects in order to revision IR concepts of security, sovereignty, nationality, and global politics. Most of the chapters explicitly consider class, race, ethnicity, and other Power relations as they manifest themselves within gender inequalities in global politics. Indeed, as the volume as a whole shows, feminism is not about studying women and gender exclusively (ACKERLY; STERN; TRUE, 2006).

Segundo as autoras, assim como os conflitos, nações, instituições, segurança e globalização não podem ser estudados sem analisar a questão de gênero, a questão de gênero, por sua vez, não pode ser estudada sem uma análise sobre esses assuntos e conceitos. Os instrumentos metodológicos da teoria não negligenciam os meios de análises quantitativas, mas trabalham mais com o uso dos meios qualitativos.

While not rejecting in principle the use of quantitative data, feminists have recognized how past behavioral realities have been publicly constituted in state-generated indicators in biased, gendered ways, using data that do not adequately reflect the reality of women's lives and the unequal structures of power within which they are situated. For this reason they have relied more on hermeneutic, historical, narrative, and case study methodological orientations rather than on casual analysis of unproblematically defined empirical patterns (TICKNER, 1997, p. 19).

Diferente da maioria das teorias de Relações Internacionais, a teoria feminista traz uma proposta que busca trabalhar com conceitos como o de “coletivismo”. A ideia de que não apenas o indivíduo, mas essencialmente os grupos, são capazes de trazer seus pontos de vista e contribuições para o avanço, no sentido de desenvolver e fortalecer a Teoria, está no centro de sua metodologia. Sobre a necessidade do coletivismo para a construção da teoria a partir de fatores epistemológicos, que levam em conta diferenças culturais, de gênero e de relações de poder para o desenvolvimento do conhecimento, Laurel Weldon (2006) aponta a ênfase dada por teóricos para os benefícios epistemológicos de análises feitas a partir das perspectivas de grupos marginalizados. Aqui se entende o termo “marginalização” por:

[...] a much-contested concept and is often associated with economic and political weakness or powerlessness. It is a social status which is linked to a particular identities or social groups. [...] Women and children remain socially, politically, and economically marginal in traditional and patriarchal societies because of their gender and ages. Marginalization is also linked to two other practices: exclusion and discrimination. It is the most dominant form of exclusionary practice by states and social groups over which marginalized groups have little or no control (D’COSTA, 2006, p. 130).

Estando em posições de inferioridade e subordinação, indivíduos de grupos marginalizados são capazes de entender melhor sobre si e sobre o mundo que os cerca.

A feminist standpoint is a collective product, a result of discussions among women seeking to alter their situation of subordination. It is achieved, not given, and must be determined by empirical observation and theoretical reflection (WELDON, 2006, p. 66).

Weldon (2006) afirma dar exemplos concretos de como a inclusão produz melhor análise a partir da inclusão de uma comunidade não-acadêmica nomeadamente ativistas do movimento global contra a violência de gênero. O empirismo é essencial na construção da teoria feminista das Relações Internacionais. O desafio de abraçar os problemas e reivindicações de grupos em desvantagem social em diferentes partes do mundo e levar tais questões para o campo teórico é um tanto quanto desafiador e o feminismo das Relações Internacionais desafia, sobretudo, as premissas de teorias clássicas da disciplina

Como dito anteriormente, hoje é ainda mais perceptível que a Teoria Feminista nas Relações Internacionais vai além de estudos sobre mulheres e questões de gênero exclusivamente. Ao passo que a relevância dada às fronteiras que dividem o espaço doméstico do externo parece diminuir e a mudança no cenário internacional no que

condiz à atuação e/ou inclusão de entes trans e internacionais aumenta, se faz cada vez mais necessária a observação e o estudo de subgrupos em âmbito nacional como possíveis agentes de transformações nas Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- ACKERLY, Brooke; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- CBNA. Congress of Bosniaks of South America. Rape of Bosnia, A Report From a Concentration Camp. **CBNA**, 29 mai. 2011. Disponível em: <https://bosniak.org/2011/05/29/rape-of-bosnia-a-report-from-a-concentration-camp/>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- D’COSTA, Bina. Marginalized Identity: new frontiers of research for IR? *In*: ACKERLY, Brooke; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- ENLOE, Cynthia. **The Morning After: Sexual Politics at the End of the Cold War**. Berkeley e Londres: University of California Press, 1993.
- GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- KEOHANE, Robert O. International relations theory: Contributions of a feminist standpoint. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 18, n. 2, p. 245-253, 1989.
- LORBER, Judith. **The Variety of Feminisms and their Contribution to Gender Equality**. vol. 97. Universität Oldenburg: Oldenburger Universitätsreden, 1997.
- MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun 2010.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PEREZ, Andréa C. S. Campos de estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia. **Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)**, v. 37, p. 117-162, 2011.
- SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2. ed. Barueri: Manole, 2010.
- SYLVESTER, Christine. The Contributions of Feminist Theory (1999). *In*: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (ed.). **International Relations Theory: Positivism and Beyond**. 10. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 254-278.
- TICKNER, J. Ann. You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, n. 41, p. 611-634, 1997. Disponível em: <<http://ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Tickner.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2016.
- TRIPP, Ali Mari. The Evolution of Transnational Feminisms: Consensus, Conflicts, and New Dynamics. *In*: FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari. **Global feminism:**

Transnational women's activism, organizing, and human rights. Nova Iorque e Londres: New York University Press, 2006. p. 51-78.

WELDON, S. Laurel. Inclusion and understanding: a collective methodology for feminist International Relations *In*: ACKERLY, Brooke; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 62-87.